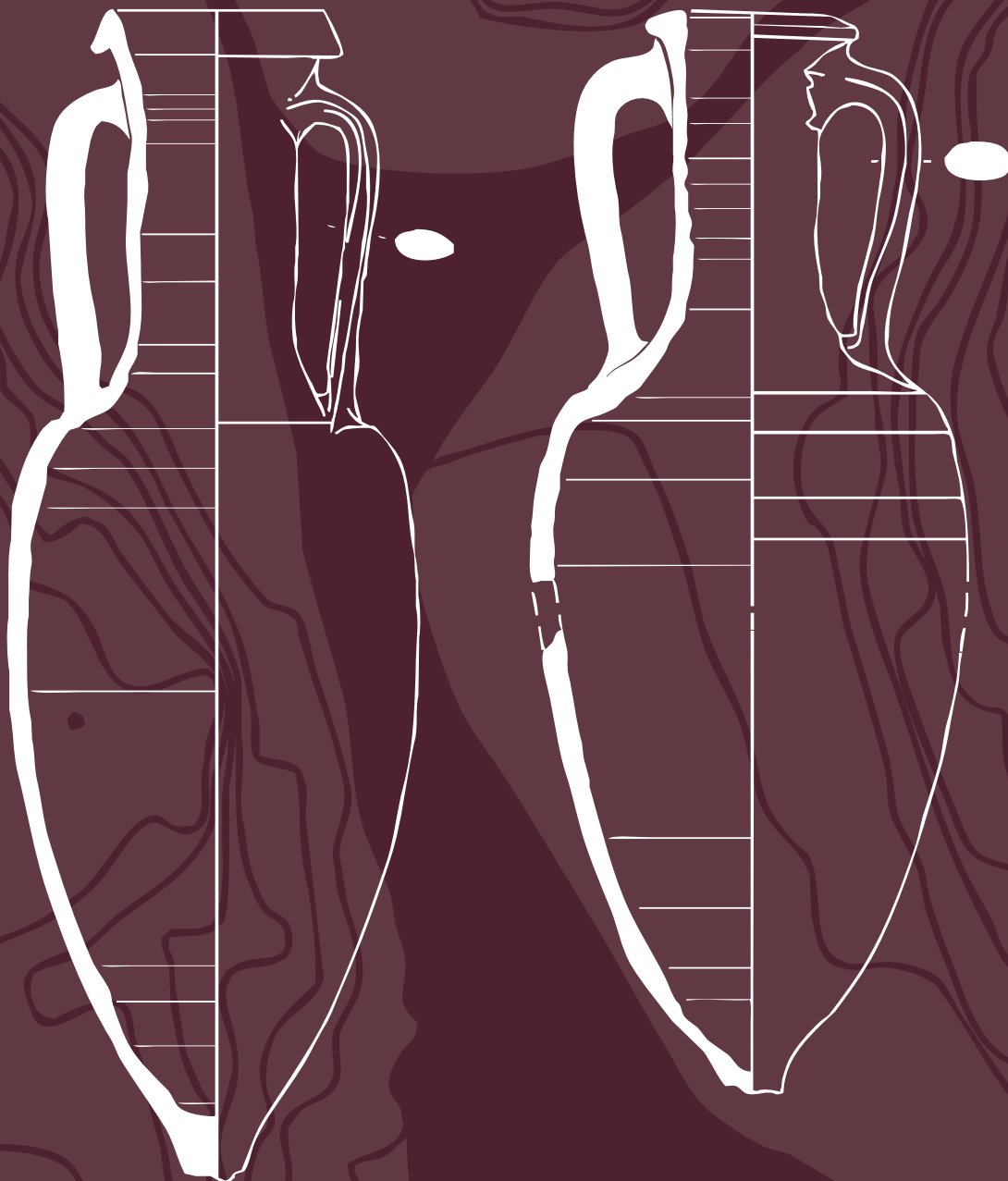


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

O território e a memória



Sumário

7 Apresentação

8 Nota Introdutória

Parte I

10 *Terra Mater Olisiponensis*
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS,
COORDS.

11 Introdução
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS

12 Uma cidade com os pés
bem assentes na terra
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS;
CARLOS MARQUES DA SILVA

20 O mar de *Olisipo*
ANA MARIA COSTA;
MARIA DA CONCEIÇÃO
FREITAS; JACINTA BUGALHÃO;
MÁRIO CACHÃO;
ANDRÉS CURRAS

40 As riquezas do *Ager Olisiponensis*
MÁRIO CACHÃO;
CARLOS NETO DE CARVALHO;
MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO

68 Referências

75 Notas Biográficas dos Autores

Parte II

76 *Olisipo: Espaço e Memória*
AMILCAR GUERRA,
COORD.

77 *Olisipo: Memórias de um território
nos confins do mundo romano*
AMÍLCAR GUERRA

80 As origens de *Olisipo*:
uma perspectiva sobre a Idade
do Ferro na cidade e seu entorno
ANA MARGARIDA ARRUDA; ELISA SOUSA;
ANA SOFIA ANTUNES

98 Questões míticas, literárias,
toponímicas e étnicas
da Lisboa pré-romana
AMÍLCAR GUERRA

112 Os primórdios da implementação
romana em *Olisipo*
JOÃO PIMENTA

124 A construção da província
da Lusitânia e *Felicitas Iulia Olisipo*:
onde as vias se cruzam
AMÍLCAR GUERRA

140 O fim de um tempo; o princípio
de outro: *Felicitas Iulia Olisipo*
entre romanos, bárbaros e cristãos
PAULO ALMEIDA FERNANDES

150 Referências

156 Notas Biográficas dos Autores



10 cm

As origens de *Olisipo*: uma perspectiva sobre a Idade do Ferro na cidade e seu entorno

ANA MARGARIDA ARRUDA, ELISA DE SOUSA,
ANA SOFIA ANTUNES

Os dados disponíveis sobre a Idade do Ferro da cidade de Lisboa são já muito abundantes, graças sobretudo às múltiplas intervenções que decorreram no quadro da arqueologia urbana da cidade nas últimas três décadas. Às quantidades extraordinárias de vestígios da cultura material claramente integráveis numa matriz cultural orientalizante juntam-se agora outras evidências, concretamente arquitectónicas e epigráficas. Neste trabalho, procura-se sobretudo sistematizar a extensa informação existente, enquadrando os inícios da ocupação humana da cidade nas diferentes conjunturas históricas do 1º milénio antes da nossa era (a.n.e.) e analisando a sua evolução até à chegada dos primeiros agentes romanos, durante a segunda metade do século II a.n.e. A leitura da ocupação da cidade passa também, obrigatoriamente, pela sua articulação com o restante território envolvente, tendo o núcleo pré-romano da atual capital desempenhado um papel indiscutivelmente estruturante da malha de ocupação humana no estuário do Tejo e do ocidente da Península de Lisboa ao longo de todo o 1º milénio a.n.e.

A ocupação da Idade do Ferro da atual cidade de Lisboa está diretamente relacionada com um processo muito mais vasto, que pode ser lido também no seu entorno imediato, e ainda em outros territórios peninsulares do Nordeste, do Sudeste e da Andaluzia, bem como da fachada ocidental atlântica. Falamos, concretamente, da colonização fenícia, levada a efeito por comunidades com origem no Próximo Oriente, mais exactamente no “corredor siro-palestiniano”, iniciada em torno ao século IX a.n.e., cronologia bem documentada em Cádis, em Huelva e na costa de Málaga (Gener Basallote *et al.*, 2014;

González de Canales *et al.*, 2008; Arancibia Román *et al.*, 2011). Os dados de DNA obtidos no primeiro dos sítios sobre esqueletos de indivíduos associados aos momentos iniciais da ocupação da Idade do Ferro (Palomo e Arroyo, 2011; Gener Basallote *et al.*, 2014, p. 34) mostram também, sem margem para qualquer dúvida, que esse processo teve importantes repercussões ao nível demográfico e, assim, na própria carga genética da população da Península Ibérica.

Lisboa, localizada na foz do estuário de um rio dotado de substanciais riquezas naturais, das quais se pode destacar o ouro, e com

FIG. 5

Pithos pintado. Praça Nova do Castelo de São Jorge
(créditos de imagem: © José Vicente).

1100 Km de extensão, o mais longo de toda a Península Ibérica, com uma bacia hidrográfica que corresponde a um largo corredor que dá acesso ao interior peninsular (rico em estanho), e ao próprio continente Europeu, possui uma posição estratégica privilegiada, e, certamente por isso mesmo, não ficou à margem deste movimento. A precocidade de uma instalação estável e prolongada de fenícios no local, e em outros das duas margens do estuário, está assim também justificada. Aliás, tudo indicia que a história fenícia no território atualmente português se iniciou precisamente neste espaço geográfico (Arruda, 2005), revelando os dados atualmente conhecidos, com destaque para as datações de radiocarbono obtidas para Santarém (Arruda, 2005) e Almaraz (Barros e Soares, 2004), que o Estuário do Tejo começou a ser frequentado por populações fenícias com origem na área do Estreito de Gibraltar entre finais do século IX e inícios do século VIII a.n.e.

Através destes contactos, foram introduzidas novas tecnologias, como a roda de oleiro, o moinho giratório, a metalurgia do ferro, novas técnicas construtivas e modelos arquitetónicos de planta retangular, mas também distintos conceitos mentais.

Em Lisboa, cresceram, exponencialmente nas últimas décadas, as intervenções arqueológicas que revelaram ocupações da Idade do Ferro, sendo já possível, e graças a elas, traçar um quadro relativamente preciso das modalidades dessa ocupação. Não pode, no entanto, deixar de se referir, desde já, que a totalidade dessas intervenções decorrem no âmbito da chamada “Arqueologia Urbana”, o que limita as áreas intervencionadas e as leituras horizontais e dificulta as que poderiam, eventualmente, ser feitas no quadro da arquitectura e do próprio urbanismo.

Em primeiro lugar, deve destacar-se que é na colina do Castelo que a ocupação incidiu, muito especialmente no topo e nas vertentes sul e sudoeste, as que se debruçam sobre o rio, configurando um dos maiores núcleos urbanos do território hoje português no segundo quartel do 1º milénio a.n.e., estimando-se que pudessem aqui habitar entre 2500 a 5000 pessoas. Por outro lado, deve assinalar-se a antiguidade de que esta se revestiu, havendo materiais e outras evidências, nomeadamente epigráficas, que permitem admitir uma instalação de fenícios ocidentais na atual capital portuguesa, num momento relativamente precoce da colonização fenícia ocidental, contemporâneo da fundação de Cartago e de colónias fenícias da Andaluzia Ocidental.

Neste âmbito, deve referir-se a inscrição em caracteres e língua fenícia recuperada nas escavações da Praça Nova do Castelo de São Jorge, que, paleograficamente, pode ser datada do final do século VIII a.n.e./inícios do VII a.n.e. Trata-se de um grafito sobre ânfora, aparentemente de produção local e/ou regional, que indica um topónimo ou hidrónimo terminado em – *IPO*, que poderá talvez corresponder a *Calipo* (Zamora López, 2014). Recorde-se que este é justamente o nome pelo qual na Antiguidade era conhecido o rio Sado, que banha Alcácer do Sal, outro dos sítios profundamente “orientalizados” do atual território português.

Muito mais importante pelo seu significado também ao nível do uso da língua e da escrita, mas não só, é a lápide funerária descoberta na área ribeirinha (Rua Cais de Santarém), onde se leem dois antropónimos indígenas (Neto *et al.*, 2016). Em *Olisipo*, escreveu-se em fenício, o que significa que se falava a língua e que havia, no local, quem sabia ler o texto.

FIG. 1

Implantação dos sítios arqueológicos referidos no texto em Lisboa.



1 - Praça da Figueira (Bronze Final)
 2 - Largo de Santa Cruz
 3 - Praça Nova / Rua do Espírito Santo
 4 - Rua do Recolhimento
 5 - Rua de São Mamede ao Caldas
 6 - Casa dos Bicos
 7 - Pátio do Aljube / Teatro Romano
 8 - Sé

9 - Travessa do Chafariz D'El Rei
 10 - Rua da Judiaria
 11 - Rua dos Douradores
 12 - Rua dos Correeiros/Rua Augusta
 13 - Rua de São João da Praça / Pátio da Senhora de Murça
 14 - Rua Cais de Santarém
 15 - Convento do Corpus Chisti

A adopção da escrita e da língua fenícias, elementos identitários por excelência, por parte da comunidade autóctone em momento precoce é de realçar, já que evidencia um tipo de relações de grande proximidade.

O topónimo indígena que os romanos mantiveram para designar o Município de Cidadãos Romanos de *Felicitas Iulia Olisipo*, e que ainda hoje se conserva na memória coletiva da cidade, refere-se, assim, a um sítio que teve um importante contributo exógeno na sua conformação.

O tipo de ocupação registado no momento anterior à chegada e instalação de populações mediterrâneas a Lisboa, do Bronze Final, pode talvez justificar esta situação. De facto, a colina onde se instalou a população oriental parece ter estado desocupada nos momentos imediatamente anteriores, indicando os dados disponíveis que a comunidade que aqui então habitava estava circunscrita a áreas mais baixas, localizadas na atual Praça da Figueira e, no Bronze Pleno, na vertente da colina de Santana, na margem esquerda da Ribeira de Arroios.

Ainda assim, alguns escassos materiais dos níveis antigos da Idade do Ferro encontrados na colina do Castelo associam-se às evidências epigráficas na constatação do efetivo contributo da sociedade indígena na construção da nova realidade. Neste caso, cabem as cerâmicas decoradas com sulcos brunidos no interior e ornatos brunidos na parede externa recolhidas, por exemplo na Casa dos Bicos (Pimenta, Sousa e Amaro, 2015), na Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta, Silva e Calado, 2014) e no Largo de Santa Cruz (Sousa e Guerra, 2018).

Mas as cerâmicas, com técnicas de fabrico (a torno) e decorativas (bandas pintadas polícromas) exteriores ao território peninsular, em geral, e, em particular, ao da península de Lisboa, são abundantes. As próprias morfologias dos vasos cerâmicos rompem com os modelos anteriores, facto que pode ser explicado pela adopção “pró-ativa” de hábitos

alimentares e sociais diversos dos habituais até então. O comércio, local, regional e até de longa distância, de produtos alimentares processados (vinho, azeite, preparados à base de peixe e de carne) constituiu uma novidade quase absoluta, tal como, evidentemente, os contentores que serviram para o seu envase e transporte, as ânforas. Também os vasos de armazenamento adquiriram características que os separavam dos modelos pré-existent – corpos ovóides ou globulares, munidos de duas ou quatro asas e superfícies externas com bandas e linhas pintadas de vermelho e negro respetivamente. Pratos e taças cobertos por um engobe vermelho, espesso e polido ao torno, com diâmetros relativamente reduzidos evidenciam o consumo à mesa de alimentos sólidos e colóides, de forma individual.

Trata-se, maioritariamente, de produções locais, mas manufaturadas por quem dominava o *know how*. As semelhanças entre a técnica de fabrico, as formas e as decorações entre estas peças de Lisboa e as das restantes áreas colonizadas do Mediterrâneo Central (Sicília, Sardenha, atual território tunisino), Ocidental (Ibiza, Catalunha, região alicantina, Ceuta, Andaluzia Oriental) e costa atlântica europeia e africana (Andaluzia Ocidental, Marrocos Atlântico, litoral português) são muito grandes e evidenciam protagonistas com uma origem partilhada, neste caso concreto fenícia.

Também produzidos a torno são os vasos cerâmicos de pastas e superfícies cinzentas, que fazem, exclusivamente, parte do “pacote” fenício peninsular, o que faz sobressair os regionalismos de que se revestiu o fenómeno colonial e o papel que as comunidades indígenas nele desempenharam.

A esta fase precoce podem associar-se muitos materiais arqueológicos cerâmicos recolhidos em inúmeros locais de Lisboa. As características morfológicas das peças da Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta, Silva e Calado, 2014), na encosta da colina onde,

na Idade Média, se ergueu o Castelo de São Jorge, na Casa dos Bicos, na frente ribeirinha, e ainda outras da Rua do Recolhimento (Sousa e Pinto, 2016) e no Largo de Santa Cruz (Sousa e Guerra, 2018), no topo da colina, indiciam momentos dos finais do século VIII a.n.e. ou dos inícios do século seguinte. Nestes níveis antigos, a cerâmica manual está ainda presente, atingindo no primeiro dos locais citados 61% do conjunto.

Esta antiguidade da ocupação sidérica de Lisboa pode ainda ser defendida através da datação radiométrica obtida para a cavidade cársica da Rua da Judiaria (Calado *et al.*, 2013), a que se acrescentam alguns materiais cerâmicos também compatíveis com a antiguidade relativa (século VII a.n.e.) do enchimento desta estrutura negativa, que se reveste de características muito particulares, que podem ser interpretadas no âmbito da prática de atividades religiosas e/ou rituais, transformando-a em um lugar de culto em ambiente urbano (Arruda, 2017).

Lembre-se a este propósito que a utilização de grutas com este fim é habitual no quadro das religiões mediterrâneas, e não só, sendo abundantes os testemunhos de práticas religiosas em sítios deste tipo, em toda a bacia do mar interior ao longo de uma ampla diacronia.

A estrutura de Lisboa está virada para o rio, implantando-se nas proximidades do sopé da colina do Castelo, o que não deixa de ser importante no momento de analisar a sua hipotética funcionalidade. A relação com o mar e por conseguinte com a navegação é evidente.

A forte matriz orientalizante da ocupação da Idade do Ferro de Lisboa permaneceu constante ao longo de toda a 1ª metade do 1º milénio a.n.e. (séculos VII a V a.n.e.), como se pode observar pelos espólios recuperados em muitos outros locais da colina do Castelo de São Jorge, designadamente na Praça Nova do Castelo, na Rua do Recolhimento, na Rua do Espírito Santo (Filipe *et al.*, 2013), no Teatro romano (Calado *et al.*, 2013), no Pátio do Aljube

(Fernandes *et al.*, 2013), na Rua da Madalena (Sousa, Sarrazola e Simão, 2016), no Claustro da Sé (Amaro, 1993; Arruda, 1999-2000), na Travessa do Chafariz d' El Rei (Filipe, Calado e Leitão, 2014) ou no Pátio da Senhora de Murça.

Destaca-se o Largo de Santa Cruz do Castelo por ter sido a intervenção que, até ao momento, proporcionou uma leitura mais detalhada e linear sobre as fases iniciais da ocupação da colina. As escavações que foram aí realizadas devem ser salientadas também por terem atingido, em alguns setores, o substrato rochoso, situação que é, infelizmente, rara no contexto da arqueologia urbana de Lisboa. Os primeiros níveis desta ocupação, datados do século VII a.n.e., encontram-se associados a estruturas de planta ortogonal, que denunciam influências mediterrâneas, e também a um “pacote” artefactual onde a matriz orientalizante, visível não só nas tecnologias de produção, mas também no repertório formal e decorativo, é claramente dominante. Este espaço permaneceu ocupado até, pelo menos, ao século V a.n.e./1ª metade do século IV a.n.e., como se verifica pela presença de alguns fragmentos de cerâmica grega, estando, contudo, estas ocupações mais recentes fortemente afetadas pelas construções do período moderno e contemporâneo.

Esta mesma matriz orientalizante marcou indelevelmente a 2ª metade do milénio, para a qual há bastante mais dados que incluem mesmo alguns relacionados com a arquitectura.

As cerâmicas de engobe vermelho estão ainda presentes no século V a.n.e., por exemplo na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014), na Rua Augusta e no Convento do *Corpus Christi* e as cinzentas polidas permanecem no conteúdo dos inventários até momentos bastante avançados, como se pode verificar, por exemplo, em São João da Praça (Pimenta, Calado e Leitão, 2005, 2014). As ânforas, de produção local e regional, inspiradas nos modelos mediterrâneos, e os vasos de tipo pintados em bandas, ainda que mais evolucionados,



continuaram a ser utilizados no armazenamento de produtos alimentares. Ainda assim, não só foram acrescentadas novas formas às diversas categorias, como se modificaram as que existiam, complexificando-se os perfis gerais. Os regionalismos acentuam-se, ao mesmo tempo que o universo material se vai distanciando dos sítios “irmãos” peninsulares e mediterrâneos, mesmo que se mantenha a matriz original comum.

Como se referiu atrás, os dados sobre a arquitectura são ainda poucos para os momentos iniciais da Idade do Ferro. Sabemos, contudo, que as plantas das estruturas domésticas eram já quadrangulares, tendo alicerces de pedra, sobre as quais seriam alçados muros construídos com adobes. As coberturas eram de materiais perecíveis (madeira ou cana), impermeabilizadas com argila. Os pavimentos eram geralmente de terra batida, muitas vezes, enrubescerida, podendo apresentar tonalidades vermelhas, acastanhadas ou esverdeadas, conhecendo-se outros casos onde se utilizaram lajeados (Sousa, 2014; Ribeiro, Neto e Rebelo, 2017).

As escavações levadas a efeito na Rua dos Correeiros (NARQ) puseram à vista um conjunto de habitações, que permite outro tipo de leitura sobre a temática para a 2ª metade do milénio. Neste espaço foi possível intervir numa área consideravelmente extensa, com cerca de 100 m², na qual se identificaram vários compartimentos de planta retangular, dos quais apenas se conservaram os respectivos embasamentos pétreos, sendo a elevação das paredes feita, provavelmente, com taipas ou adobes. Estes vestígios arquitetónicos, que terão sido utilizados entre o século V a.n.e. e os inícios da centúria seguinte, estavam ainda dotados de estruturas de combustão de formato circular, geralmente localizadas

no centro dos compartimentos, e que foram construídas com seixos de basalto e quartzito (Sousa, 2014). Destaca-se ainda, na sua última fase de ocupação, uma estrutura circular que tem sido interpretada, ainda que com algumas reservas, como um forno de produção cerâmica. Assim, as construções identificadas na Rua dos Correeiros parecem ter tido um uso multifuncional, tendo agregado não só a funções domésticas, mas possivelmente também artesanais e até portuárias.

As evidências materiais da ocupação da Idade do Ferro de Lisboa incluem ainda outros elementos importantes que a enquadram no contexto geral. Falamos, concretamente, de atividades produtivas de natureza diversa, mas bem atestadas em vários locais. Entre estas, destacamos, em primeiro lugar, a produção cerâmica, de que há dados, indiretos, para os momentos antigos (século VI a.n.e.), na Praça Nova do Castelo de São Jorge, concretamente vários fragmentos cerâmicos deformados por altas temperaturas. Atendendo ao tipo de vasos ali sobrecozidos, tudo indica que se trata de produções destinadas ao uso doméstico, para utilização à mesa e na cozinha. Porém, a existência de ânforas cujas pastas possuem características petrográficas que podem ser adstritas à foz do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014) permite admitir que este tipo de contentor foi também fabricado localmente, o que, naturalmente, deixa antever a elaboração dos produtos alimentares que constituiriam o seu conteúdo.

Esta “indústria” oleira é muito mais evidente na chamada 2ª Idade do Ferro, havendo dela evidências sensivelmente a meia-encosta da colina do Castelo de São Jorge, nos fornos identificados no local onde em época romana se irá instalar o teatro, que funcionaram nos séculos IV-III a.n.e.

FIG. 3

Estela fenícia. Rua Cais de Santarém
(créditos de imagem: © Guilherme Cardoso).

(Fernandes, 2017). Anteriores, balizando-se entre o século V a.n.e. e os inícios da centúria seguinte, são os dois fornos do Convento do *Corpus Christi*, cuja produção não é possível ainda especificar (Antunes, Oliveira e Manso, no prelo) e o forno da Rua dos Correeiros, que já foi referido anteriormente.

Importa referir que os dois últimos sítios se implantam no sopé ocidental da colina do Castelo e se encontravam localizados, na Idade do Ferro, próximo da margem do antigo braço de rio (o designado esteiro), que ligava o Tejo à área da atual Praça da Figueira, onde confluíam as Ribeiras de Valverde e de Arroios, atravessando, grosso modo, o que hoje é a Baixa Pombalina e, em particular, sensivelmente, a Rua do Ouro. Tanto os sítios mencionados como os vestígios coevos documentados na Rua dos Douradores e na Rua Augusta sugerem que o povoado se expandiu, a partir do século V a.n.e., para esta área, depois de se ter concentrado nas vertentes Sul e Sudoeste da Colina do Castelo.

A presença de fornos na zona da praia fluvial do esteiro do Tejo, na Rua dos Correeiros e no Convento de *Corpus Christi*, independentemente da sua vocação funcional específica, testemunha uma aparente apetência no urbanismo da Lisboa sidérica para a ocupação da margem direita daquele braço do rio em meados do I milénio a.n.e. com instalações de pendor produtivo, o que poderá estar relacionado com a proximidade da linha de água, enquanto fonte de abastecimento direto e via de receção de matérias-primas (nomeadamente lenha e argilas) e de expedição de mercadorias e de produtos acabados. Esta área teria assim, sem prejuízo de uma possível função habitacional, uma vocação produtiva, comercial e porventura também, à sua escala, portuária. Trata-se, no

fundo, de uma característica que será herdada pela *Olisipo* romana, que instala na frente ribeirinha uma “cintura industrial” direcionada às unidades de preparados piscícolas.

Nada sabemos ainda sobre a produção local de objetos metálicos ou de vidro, apesar de alguns artefactos de adorno de estes materiais se terem já descoberto na cidade em níveis arqueológicos correspondentes à Idade do Ferro.

A atividade cinegética, a pesca e a recolha de moluscos, por um lado, e a agricultura e a criação de animais domésticos, por outro, supriram grande parte das necessidades alimentares básicas das comunidades que habitavam em *Olisipo*, como bem sabemos através dos restos faunísticos que têm sido recolhidos nas numerosas intervenções arqueológicas realizadas no subsolo da cidade.

Lisboa não é um caso isolado no contexto da foz do estuário do Tejo no que diz respeito a uma ocupação da Idade do Ferro com características orientalizantes. Na margem esquerda, em frente a Lisboa, está o povoado da Quinta do Almaraz, Concelho de Almada, localizado no início do canal, profundo e estreito, do troço terminal do estuário. Ainda que as escavações tenham sido consideravelmente extensas (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993) e que não existam aqui os constrangimentos que se observam em Lisboa, nomeadamente os que a arqueologia urbana impõe aos trabalhos de campo, a verdade é que a informação disponível é ainda escassa e sobretudo limitada no que se refere a contextos e, assim, a associações de materiais que permitiriam uma abordagem cronológica e cultural.

Porém, ao nível das estruturas, os dados são mais expressivos, nomeadamente aqueles que dizem respeito às de carácter defensivo.

FIG. 4

Prato de engobe vermelho. Praça Nova do Castelo de São Jorge
(créditos de imagem: © Laura Castro Caldas e Paulo Cintra).



10 cm

Neste contexto, merecem destaque as duas linhas de muralha, muito bem conservada em alguns troços, e o fosso de perfil em V, com uma largura média de 6,5 m. e 3,5 m. de profundidade. Este último é particularmente importante, uma vez que é, em termos conceptuais, mas também formais, idêntico a outros de cronologia e adscrição cultural semelhante, de que o do Castillo de Doña Blanca (Puerto de Santa Maria) é um excelente exemplo.

Uma ocupação do Bronze Final parece ser possível de admitir, ainda que os dados sejam escassos e alguns dos artefactos para os quais foi sugerida esta cronologia possam, de facto, pertencer à Idade do Ferro. É o caso das cerâmicas manuais, e mesmo de alguns objectos metálicos, como a pinça e o bracelete.

A antiguidade da ocupação sidérica está apenas documentada através de análises de carbono 14 (Barros e Soares, 2004), não havendo ainda materiais arqueológicos que suportem uma datação do século VIII a.n.e. Mas a matriz orientalizante é fortíssima no sítio, sendo particularmente expressiva nos séculos VII e VI a.n.e. Os espólios são numerosos, e incorporam o “pacote” fenício ocidental habitual na Península Ibérica, como ânforas (Olaio, 2018), cerâmicas de engobe vermelho, cerâmica cinzenta (Henriques, 2006). Outros, mais raros, são, todavia, muito significativos. Trata-se dos vasos de alabastro, do escaravelho, da cerâmica coríntia e dos pesos de balança, cúbicos (Cardoso, 2004), que materializam uma ocupação profundamente orientalizada, que se torna mais nítida se a estes acrescentarmos ainda as próprias técnicas metalúrgicas, que evidenciam uma tecnologia mediterrânea e, portanto, bem distinta da local, aliás também presente em Almaraz (Valério *et al.*, 2012).

Deve-se também deixar registado que as atividades produtivas estão muito bem documentadas. Por um lado, os estudos que têm incidido sobre os metais evidenciam a importância do sítio como centro

produtor metalúrgico, nomeadamente da prata e do ouro, mas também do ferro e de ligas de bronze, devendo destacar-se, quantidades muito expressivas de pingos de fundição, de escórias, de algaravizes e de fragmentos cerâmicos relacionados com operações metalúrgicas (Melo *et al.*, 2014). Por outro, a quantidade de prismas cerâmicos recuperados evidencia uma atividade oleira muito relevante.

Os ponderais de chumbo recolhidos no sítio, que, muito provavelmente, terão feito parte integrante de uma balança de ourives, podem relacionar-se com a unidade fenícia de 7,5/7,9 gr., demonstrando a importância que a Quinta do Almaraz assumiu nas transações comerciais regionais e, provavelmente também, a longa distância.

A relação entre os dois sítios da foz do Estuário do Tejo é muito grande. A absoluta inter-visibilidade e uma mesma cultura material, que é o resultado da idêntica matriz cultural e, assim, de uma igual origem das comunidades que os habitam, não podem ser esquecidas. Por outro lado, as cerâmicas têm as mesmas morfologias e características de fabrico, muitas das primeiras exclusivas desta região, situação particularmente evidente no que se refere à de engobe vermelho. As similitudes são tais, que poderia inclusivamente pensar-se num centro oleiro único que abastecesse os dois povoados. Contudo, as evidências diretas da produção em Lisboa, pelo menos na Praça Nova do Castelo de São Jorge, e as indiretas em Almaraz, de que são testemunho os prismas cerâmicos já referidos, obrigam a rever tal possibilidade. Todavia, os oleiros que laboraram em ambos eram certamente herdeiros de um mesmo legado tecnológico, ou mesmo de um único mestre.

De qualquer modo, e apesar de o rio poder parecer um fator de separação e de afastamento, a verdade é que, neste caso, as duas margens estão intimamente relacionadas entre si, fazendo sentido recordar que, na época romana, tal como aliás ainda

na atualidade, o Tejo era transposto exactamente no sopé de Almaraz, em Cacilhas.

As ocupações da Idade do Ferro antiga de Lisboa e de Almaraz não têm paralelo no troço inferior do Estuário do Tejo. Como veremos mais adiante, nesta região apenas a partir de meados do 1º milénio a.n.e. o povoamento se expande para áreas mais ocidentais da Península de Lisboa. Para aquelas cronologias mais antigas (séculos VIII-V a.n.e.) só no curso superior elas foram documentadas, concretamente em Santarém (Arruda, 1993, 1999-2000, 2005) e nos Chões de Alpompé (Arruda *et al.*, 2018), na margem direita. Em ambos, os trabalhos arqueológicos permitiram registar uma Idade do Ferro de características em tudo idênticas às dos dois sítios da foz, quer ao nível dos espólios (orientalizantes) e das arquitecturas domésticas e técnicas construtivas, quer no que se refere à implantação topográfica, lugares altos, com boas condições naturais de defesa, com grande visibilidade de e para o rio e entre si. No primeiro, ocupado, pelo menos, desde o Bronze Final, a ocupação é consideravelmente antiga (século VIII a.n.e.), talvez mesmo anterior à de Lisboa, cronologia atestada quer por materiais quer por datações radiométricas.

Na margem esquerda deste mesmo troço superior, um conjunto de sítios ribeirinhos pode ser estudado. Um deles, o Alto do Castelo, em Alpiarça, ocupa uma posição destacada na paisagem, sendo o mais conhecido, sobretudo pela sua indubitável associação às necrópoles do Bronze Final do Teixoal e do Meijão. A evidência da sua ocupação ainda nos finais do 2º milénio é inquestionável, mas a permanência no local de comunidades da Idade do Ferro tornou-se visível nos últimos. A avaliar pelas características dos espólios, uma cronologia do século VII a.n.e. parece admissível (Arruda *et al.*, 2014).

Com base nos dados existentes, uma mesma cronologia sidérica e idêntico tipo

de implantação parecem possíveis de admitir para o Alto dos Cacos, em Almeirim, sítio que foi totalmente destruído em anos recentes (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

Em outra tipologia parecem caber o Cabeço da Bruxa, em Alpiarça (Arruda *et al.*, 2017), o Porto de Sabugueiro, em Muge (Pimenta e Mendes, 2013; Pimenta *et al.*, 2014) e a Quinta da Alorna, em Almeirim (Pimenta e Mendes, 2010-2011), localizados em área ribeirinha, ocupando espaços de baixa altitude. Em alguns deles, os materiais estão dispersos por uma superfície consideravelmente extensa.

A fertilidade da planície aluvial do Tejo justificou a intensa e extensa exploração agrícola dos terrenos onde estes sítios se implantaram, situação que teve grandes impactos sobre o subsolo, que é constituído por sedimentos de matriz arenosa, o que dificultou também a conservação dos níveis de ocupação. Esta realidade pode explicar a dispersão dos espólios, sendo ainda responsável pelo elevado grau de destruição que os sítios apresentam.

Foram, portanto, os materiais, ainda que quase sempre recolhidos em contextos secundários, que permitiram avançar com a cronologia do século VII/VI a.n.e. para a fundação destes sítios, que foi, quase seguramente *ex nihilo*.

No troço médio do estuário do Tejo, mas na margem direita, outra concentração de sítios idênticos na natureza e características gerais foi encontrado nos últimos anos (Pimenta e Mendes, 2010-2011).

O Castro do Amaral (Alenquer) salienta-se nesta área, por um lado pela sua posição muito destacada na paisagem, e, por outro, por uma evidente ocupação do Bronze Final. Implanta-se num esporão rochoso, de considerável altura e os materiais da Idade do Ferro, quer cerâmicos, quer metálicos, não parecem poder recuar para trás da segunda metade do século VII a.n.e., podendo datar-se sobretudo do VI.



10 cm

A Quinta da Carapinha I (Vila Franca de Xira), desprovida de condições naturais de defesa, localiza-se no interior do vale e implanta-se numa suave encosta sobranceira a uma inflexão abrupta do atual curso do rio Grande da Pipa, detendo domínio visual para a ampla bacia do rio e para a sua antiga foz, embora se situe a meia encosta. A sua ocupação baliza-se entre meados do século VII a.n.e. e o século V a.n.e.

Ainda na área do rio Grande da Pipa, refira-se o Casal da Mó, onde se recolheram à superfície materiais tipologicamente enquadráveis no Bronze Final e nos séculos VI-V a.n.e.

Outro sítio que terá estabelecido os primeiros contactos com o mundo fenício, desde uma fase precoce do processo de orientalização do estuário do Tejo e que se destaca na paisagem é o Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo, que corresponderá eventualmente a um povoado fortificado, cuja implantação junto a uma via principal de comunicação terrestre e controlando o acesso ao interior do território pelo vale do Rio Crós Cós e vale do Rio da Silveira sugere que poderia funcionar como bom ancoradouro (Pimenta e Mendes, 2015).

Um pouco a norte da nascente do Rio da Silveira, importante via natural que liga as margens do Tejo à fachada atlântica, no município de Arruda dos Vinhos, conhecem-se ainda dois sítios que partilham com os dois últimos referidos uma implantação em altura, condições naturais de defesa e uma vasta visibilidade - o Forte do Casal do Cego (Cardoso, 2012) e o Moinho do Custódio (Cardoso e Gonzalez, 2008). Embora não seja possível efectuar uma caracterização mais detalhada de ambos, os dados conhecidos confirmam pelo menos uma ocupação da Idade do Bronze e da Idade do Ferro.

Ainda dentro dos sítios de altura da Península de Lisboa e no âmbito dos contactos antigos estabelecidos entre as populações indígenas e exógenas, de matriz orientalizante, merecem referência os povoados do Forte do Alqueidão, em Sobral de Monte Agraço, (Rocha e Reprezas, 2014) e da Serra do Socorro, em Mafra (Matias, 2003; Cardoso, 2004). Com este último poderão estar relacionados, em Torres Vedras, os sítios da Quinta de Além, do Moinho da Mariquitas, onde existirá um recinto fortificado e uma estrutura de combustão, que poderá talvez corresponder a um forno ou a uma forja e, próximo deste, dos Moinhos Velhos (Caninas *et al.*, 2006; Monteiro e Cardoso, 2016).

A Quinta da Marquesa II (Vila Franca de Xira), sítio à beira rio de baixa altitude, parece ter uma fraca extensão em área. A avaliar pelos materiais recuperados à superfície, concretamente os prismas cerâmicos, deve ter correspondido a uma área de produção cerâmica. A cronologia da sua ocupação não se diferenciara muito da observada no Castro do Amaral, em torno aos finais do século VII, mas sobretudo século VI a.n.e. (Pimenta e Mendes, 2010-2011).

Refira-se ainda o sítio do Casal dos Pegos I (Vila Franca de Xira), implantado numa encosta do sopé de um monte sobranceiro ao vale do Rio da Silveira, no interior do vale e em posição de controlo de uma zona de portela de caminho natural de acesso à serra, onde existem fortes indícios de exploração mineira antiga, no qual se recolheu à superfície um espólio abundante, composto sobretudo por cerâmicas a torno de cariz orientalizante, ainda que as cerâmicas manuais de tradição indígena não estejam ausentes. A ocupação ter-se-á iniciado no século VII a.n.e. e prolongou-se até momentos avançados da

FIG. 6

Ânfora de produção da área centro-atlântica peninsular. Casa dos Bicos
(créditos de imagem: © Guilherme Cardoso).

segunda metade do 1º milénio a.n.e. (Pimenta e Mendes, 2015).

A cronologia de Santa Sofia, um povoado de encosta com raras estruturas habitacionais, não deve diferenciar-se do ponto de vista cronológico dos anteriormente referidos, cronologia confirmada, aliás, pelas próprias datações de radiocarbono obtidas para o local (Pimenta, Soares e Mendes, 2013).

Os dados elencados nas páginas anteriores permitem concluir que a ocupação da 1ª Idade do Ferro no antigo estuário do Tejo se desenvolveu, tendencialmente, ao longo da orla do rio, desprezando-se de certa forma os territórios do interior, que só em meados do milénio vieram a ser ocupados.

A chegada de grupos fenícios à foz do Tejo implicou assim uma alteração significativa no modelo de ocupação do território na área do estuário, que certamente decorreu de uma mudança na estrutura económica, social e política e também demográfica. O aumento da população, que se deduz pelo número de sítios e pelas áreas ocupadas em cada um deles, pode também ser lido no aumento da área cultivável e da respetiva diminuição da floresta (Arruda, 2003).

O povoamento sidérico de tipo orientalizante no estuário do Tejo funcionou em rede, de forma sistémica, e só pode ser entendido como um todo. Os sítios estão profundamente relacionados entre si, num processo de controlo de um território específico, em torno do rio, que une as duas margens. O papel que Lisboa representou nessa rede que ligou as duas orlas do Tejo foi, certamente, preponderante. A sua antiguidade, a implantação topográfica e a extensão da área ocupada concederam-lhe um protagonismo único neste contexto (Arruda, 2017).

Todos estes sítios das margens do estuário permanecem ocupados durante a 2ª metade do 1º milénio, mas a ocupação dos territórios do interior reiniciou-se nos seus meados, com a fundação de novos locais de habitat. Cabem neste caso diversos sítios dos atuais concelhos de Lisboa, da Amadora, de Oeiras, de Cascais, Sintra e ainda, mais a norte, do Cartaxo, para além de Lisboa, na área da serra de Monsanto, como o Alto da Casa Branca (Cardoso, Amaro e Batalha, 2018), Montes Claros (Cardoso, Didelet e Leitão, 2017) ou o Alto das Perdizes (França, 1949).

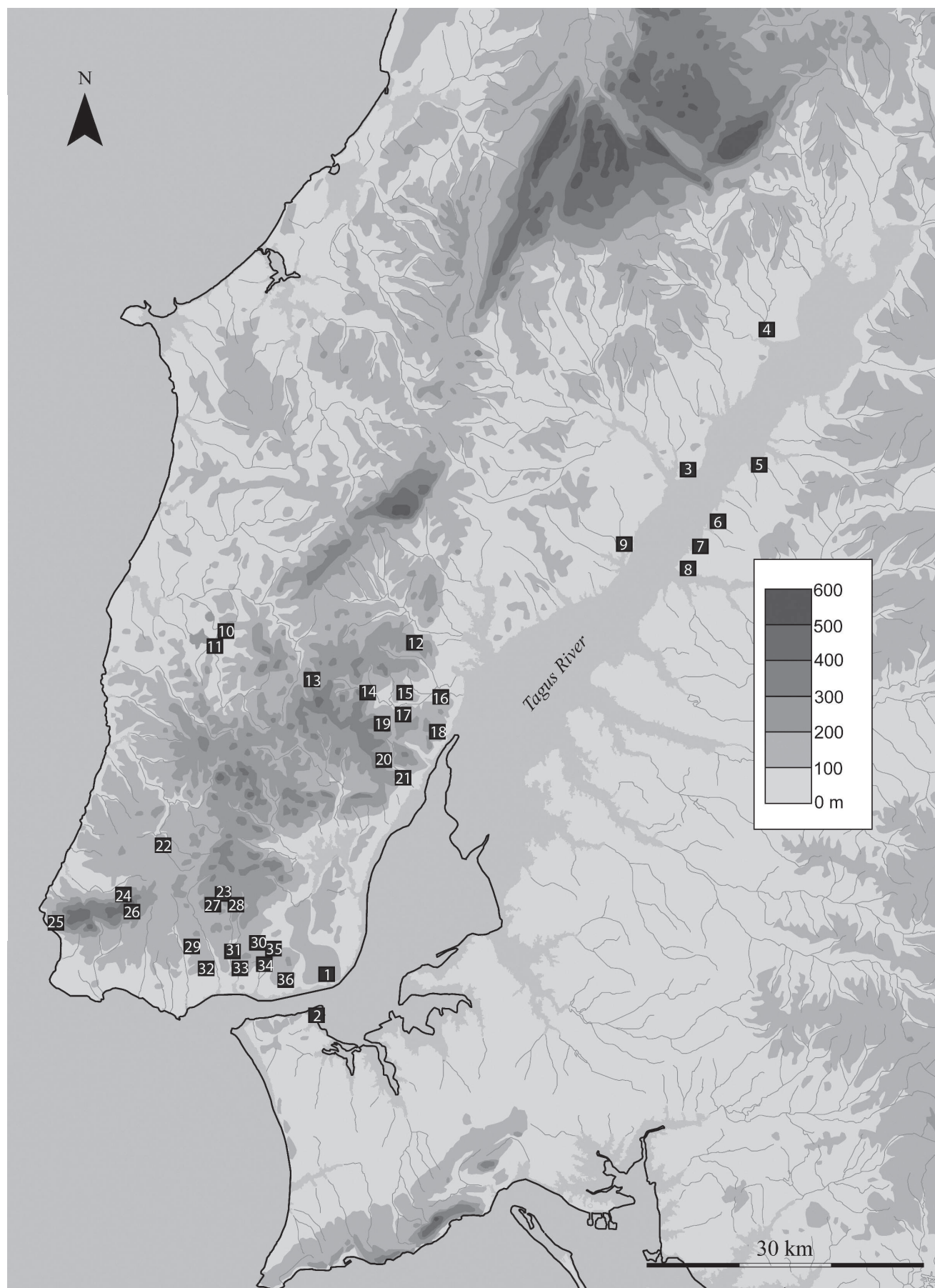
Na Amadora, é o caso do Moinho da Atalaia Oeste (Pinto e Parreira, 1978; Arruda, 1999-2000; Sousa, 2014), de Fiat – Alfragide, de Alfragide Sul / Moinhos de Alfragide, dos Moinhos do Filipinho, de Casal de Vila Chã Sul e de Baútas (Sousa, 2014). Em Oeiras, podem designar-se Outorela I e II (Cardoso, 2004; Cardoso, Arruda e Sousa, 2014), Leião (Cardoso *et al.*, 2010-2011) e Gamelas III (Cardoso, 2004; Cardoso e Silva, 2012). Em Cascais, reconhecem-se os sítios de Freiria e de Miroiço, no último dos quais se destaca a presença de um forno para cerâmica e ainda Casal do Clérigo, Caparide e, de acordo com a Carta Arqueológica do concelho, Cabreiro I e II, Conceição da Abóboda Nascente, Cabeço do Mouro Nascente e Tires (Cardoso e Encarnação, 2013). Em Sintra, é o caso da Sepultura do Rei Mouro (Serrão e Vicente, 1980; Sousa, 2014) e no Cartaxo, do Cabeço Guião (Arruda *et al.*, 2017).

Em Sintra, poderão neste âmbito referir-se o Castelo dos Mouros (Cardoso, 2004; Sousa, 2014) e Santa Eufémia (Marques, 1982-1983; Sousa, 2014), sítio localizado em rechã da encosta meridional de uma elevação, dominando a várzea, cuja ocupação poderá recuar ao final do período orientalizante e

FIG. 2

Mapa da região abrangida pelo estudo, com a localização dos sítios arqueológicos referidos no texto

- 1 - Lisboa
- 2 - Almaraz
- 3 - Santarém
- 4 - Chões de Alpompé
- 5 - Alto do Castelo
- 6 - Alto dos Cacos
- 7 - Porto do Sabugueiro
- 8 - Eira da ALorna
- 9 - Cabeço Guião
- 10 - Moinho da Mariquitas
/Moinhos Velhos
- 11 - Serra do Socorro
- 12 - Castro do Amaral
- 13 - Forte do Alqueidão
- 14 - Casal da Mó
- 15 - Quinta da Carapinha
- 16 - Quinta da Marquesa
- 17 - Casal do Cego
- 18 - Santa Sofia
- 19 - Moinho do Custódio
- 20 - Casal dos Pegos
- 21 - Alverca do Ribatejo
- 22 - Sepultura do Rei Mouro
- 23 - Moinhos do Filipinho
- 24 - Castelo dos Mouros
- 25 - Espigão das Ruivas
- 26 - Santa Eufémia
- 27 - Baútas
- 28 - Casal de Vila Chã
- 29 - Miroiço
- 30 - Moinho da Atalaia
- 31 - Leião
- 32 - Freiria
- 33 - Gamelas 3
- 34 - Outorela
- 35 - Fiat Alfragide / Moinhos de
Alfragide
- 36 - Alto da Casa Branca/Montes
Claros/Alto das Perdizes



prolongar-se até, pelo menos, ao século V a.n.e. (Arruda, 1999-2000). Se, por um lado, ainda que reconhecendo uma maior importância regional em virtude da sua implantação, foi proposta para o sítio uma vocação agrícola e, conseqüentemente, um enquadramento no vasto sistema de povoamento rural (Cardoso, 2004) *supra* mencionado e que caracterizou o território que em época romana integrará o *ager Olisiponensis*, por outro lado, foi considerado um “Lugar Central” com controlo político e administrativo do território envolvente (Arruda, 1999-2000).

Uma função particular terá assumido o sítio do Espigão das Ruivas (Cascais), dotado de uma implantação privilegiada no litoral, já que se instala sobre um esporão natural na falésia do lado poente da praia de Porto Touro ou Guincho Velho, dominando visualmente o mar entre o Cabo Raso e o Cabo da Roca. Embora inicialmente se tenha ponderado que ali existia um local de culto (Cardoso, 1991; Encarnação e Cardoso, 2017), abordagens mais recentes advogam uma funcionalidade como farol de apoio à navegação (Arruda, 1999-2000) e a atividades marítimas, ao longo da Idade do Ferro, vocação que terá perdurado pela época romana.

Perspetiva-se, portanto, a partir de finais do século VI a.n.e., um novo modelo de povoamento, já não direcionado para os recursos metalíferos do rio, nem assente numa malha urbana essencialmente ribeirinha, mas marcado pela intensa ocupação dos territórios férteis do complexo basáltico de Lisboa, com um aumento exponencial dos sítios de *habitat*, que denuncia a provável presença de povoados centrais, como o Castelo dos Mouros, Santa Eufémia (Sintra) ou eventualmente Baútas (Amadora), dotados de maior dimensão, implantados em áreas de ampla visibilidade e com boas condições de defensabilidade natural, dos quais os restantes sítios, com vocação agro-pastoril, considerando a sua localização em cotas baixas

e beneficiando da proximidade a linhas de água e de terrenos com potencial agrícola, terão dependido (Sousa, 2014).

A este fenómeno não será certamente alheia a conjuntura mediterrânea, assistindo-se em finais do século VI a.n.e. a uma instabilidade generalizada no mundo colonial fenício, motivada pela desvalorização dos recursos metalíferos e por circunstâncias de maior fragilidade política e social, que forçou os diversos territórios a uma reestruturação que irá refletir o cunho individual da sua personalidade.

Tal como já referimos a propósito de Lisboa, a cultura material manteve na segunda metade do I milénio a.n.e. a matriz orientalizante, mas as formas cerâmicas (de engobe vermelho, de cerâmica comum e de cerâmica cinzenta) desenvolveram perfis cada vez mais complexos e barrocos. A produção anfórica cresceu exponencialmente, certamente porque se destinava a envasar produtos destinados a abastecer os novos locais de povoamento.

Os novos sítios, implantados em cotas baixas, são de pequena dimensão, e parecem corresponder a uma ocupação de âmbito rural, em que a exploração agrícola e a pecuária tiveram um importante papel. Porém, não julgamos que caibam na tipologia de “casal agrícola”, conceito que, aliás, merece uma discussão mais alargada, considerando os conjuntos de materiais neles encontrados. Evidentemente que os pequenos habitats são efetivamente rurais por oposição aos centros urbanos, sendo óbvio que as atividades seriam preferencialmente de tipo agropecuário, nos primeiros, e comerciais, industriais e administrativas, nos segundos. Ou seja, a oposição cidade/campo ganha corpo na Península de Lisboa justamente na 2ª Idade do Ferro, o que não significa que, em termos sociais, os habitantes de uns e de outros locais fossem radicalmente distintos (Arruda, 2017).

Lembre-se, por exemplo, Freiria (Cardoso e Encarnação, 2013), Moinho da Atalaia (Sousa, 2014) e Cabeço Guião (Arruda *et al.*, 2017), que ofereceram espólios de alguma relevância intrínseca, nomeadamente importações, no caso do último sítio referido, de vasos gregos e de uma ânfora, possivelmente produzida no Baixo Guadalquivir, mas também ainda de artefactos de vidro, *amphoriskos* e contas de colar, e de metal (fíbulas, xorcas, espetos). Por outro lado, a própria tipologia da cerâmica comum, sobretudo as taças de pé alto, em Freiria e Cabeço Guião, mostram práticas sociais e alimentares típicas de ambientes mais “urbanos”, cuja existência sai reforçada se a elas juntarmos o *bolsal* de cerâmica ática (forma destinada ao consumo do vinho à mesa) e as ânforas

(vinárias e/ou oleícolas) do sítio do Cartaxo e também os espetos deste e de Freiria, artefacto relacionado com o consumo de alimentos, quase sempre conectado com usos rituais ou pelo menos sumptuários. Se a estes dados juntarmos os adornos e os recipientes de vidro destinados a conter óleos aromatizados ou perfumes e se aceitarmos que a tesoura do Cabeço Guião pode ter sido usada em atividades que se prendem com a estética masculina, parece possível questionar a aplicação do conceito de “casal agrícola”, pelo menos na forma como foi definido e tem sido usado.

Os dados parecem, de facto, incompatíveis com uma população de meros agricultores e pastores, que, pelo contrário, indiciam um relativamente elevado estatuto social dos sítios rurais.

Referências

- AA.VV. (2012) - *Cira-Arqueologia 1. Mesa redonda de Olisipo a Ierabriga*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal.
- Alarcão, J. (1994) - Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Lisboa Capital Europeia da Cultura 94 / Electa, pp. 58-63.
- Alarcão, J. de (2017) - *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Almeida, F. (1966-67) - Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal, 23-24, pp. 224-240.
- Almeida, J. M. de (1992) - *De Olisipo a Lisboa*. Lisboa: Cosmo.
- Álvarez Martínez, J. M. (2015) - El tamar del Puente romano de Mérida y la navegabilidad del Ana. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz: Diputación Provincial; Centro de Estudios Extremeños, 71:1, pp. 37-66.
- Álvarez Martínez, J. M.; Carvalho, A.; Fabião, C. eds. (2015) - *Lusitânia Romana. Origem de dois povos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Amaral, V. B. de (1947) - Lenda, história e epopeia de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 34:3, pp. 33-38.
- Amaro, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*, Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 183-192.
- Antunes, A. S.; Oliveira, J. M.; Manso, C. R. (no prelo) - Os fornos do Convento de Corpus Christi (Lisboa, Portugal). *IX Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos Uma viagem entre o Oriente e o Ocidente do Mediterrâneo e as suas periferias*. Mérida. 22-26 de Outubro 2018. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- Antunes, M. T., Cunha, A. S. (1991) - *Santos Mártires de Lisboa. Espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Arancibia Román, A.; San José, L. G.; Juzgado Navarro, M.; Dumas Peñuelas, M.; Sánchez Moreno, V. M. (2011) - Aportaciones de las últimas intervenciones a la arqueología fenicia de la Bahía de Málaga. In Martí Aguilar, M. Á., eds. - *Fenicios en Tartessos: nuevas perspectivas* (British Archaeological Reports. International Series 2245). Oxford: Archaeopress, pp. 129-149.
- Arruda, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In *Estudos Orientais 4 (Actas do Encontro "Os Fenícios no território português)*. Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 193-214.
- Arruda, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6) Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Arruda, A. M. (2003) - Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In *Ecohistoria del paisaje agrario – la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valencia: Universidad, pp. 205-217.
- Arruda, A. M. (2005) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.ª série, 3, pp. 9-156.
- Arruda, A. M. (2017) - A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. - *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. (Anejos de AEspA LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 283-294.
- Arruda, A. M.; Bugalhão, J.; Sousa, E. (2013) - Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 16, pp. 243-275.
- Arruda, A. M.; Pereira, C.; Pimenta, J.; Sousa, E.; Gomes, J.; Detry, C. (2018) - Chões de Alpompé (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *Spal. Revista de Prehistória y Arqueología*, Sevilla: Universidad, 27, pp. 201-227.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Barradas, E.; Batata, C.; Detry, C.; Soares, R. (2017) - O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro no Vale do Tejo. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. - *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica* (Anejos de AEspA LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 319-361.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Mendes, H.; Soares, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca: Universidad, 74, pp. 143-155.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Soares, R.; Mendes, H. (2017a) - Fenícios e Indígenas em contacto no Estuário do Tejo. *Ophiussa*. Lisboa: Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 1, pp. 79-90.
- Azevedo, L. M. de (1652) - *Fundação, antiguidades e grandeza da muy insigne cidade de Lisboa*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Barros, L.; Cardoso, J. L.; Sabrosa, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz - Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de

- Lisboa, 4, pp. 143-181.
- Barros, L.; Soares, A. M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.^a série, 22, pp. 333-352.
- Blot, M. L. P. (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Património Cultural.
- Brito, Fr. B. de (1690) – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Caetano, M. T. (2007) – O «último porto de Ulisses»: história, urbanismo e arte de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Revista Portuguesa de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 54-117.
- Calado, M.; Almeida, L.; Leitão, V.; Leitão, M. (2013) – Cronologias absolutas para a I Idade do Ferro em Olisipo – O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na atual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira-Arqueologia (O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios)*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, 2, pp. 118-132.
- Calado, M.; Pimenta, J.; Fernandes, L.; Filipe, V. (2013) – Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 141-149.
- Candelas Colodrón, C. (2004) – *O cronicón de Hidacio, bispo de Chaves*. Noia: Toxosoutos.
- Caninas, J.; Cardoso, G.; Henriques, F. Monteiro, M.; Sabrosa, A. (2006) – Três novas jazidas da Idade do Ferro em Torres Vedras. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 14, p. 6.
- Cardoso, G. (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.
- Cardoso, G. (2012) – Sondagens arqueológicas nos fortes do Casal do Cego e da Carvalha (Arruda dos Vinhos). *Al-Madan*, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 17, pp. 168-169.
- Cardoso, G.; Amaro, C.; Batalha, L. (2018) – O Sítio Arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 22, 1, pp. 35-40.
- Cardoso, G.; Didelet, C.; Leitão, E. (2017) – Vestígios da Idade do Ferro ao Período Medieval em Monsanto. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 21, pp. 163-164.
- Cardoso, G.; Encarnação, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira-Arqueologia 2: O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, 2, pp. 133-180.
- Cardoso, G.; Gonzalez, A. (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal, pp. 127-133.
- Cardoso, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12). Oeiras: Câmara Municipal.
- Cardoso, J. L.; Arruda, A. M.; Sousa, E. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (Concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 21, pp. 393-428.
- Cardoso, J. L.; Cardoso, G. (1993) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4). Oeiras: Câmara Municipal.
- Cardoso, J. L.; Silva, C. T. (2012) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 5.^a série, 2, pp. 355-400.
- Cardoso, J. L.; Tavares da Silva, C.; Martins, F.; André, C. (2010/2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 18, pp. 75-102.
- Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Centro de Arqueologia de Lisboa, p. 299-336.
- Correia, A. A. M. (1949) – Onde veio o nome de Lisboa? *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 42:3, pp. 5-21.
- De Francisco Martin, J. (19962) – *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad.
- De Man, A. (2006) – Conimbriga. *Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Sílabo.
- De Man, A. (2008) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [policopiado].
- Dias, V. (2013) – A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 717-726.
- Dimas, S. (2015) – A substância de Deus uno e trino na dinâmica misteriosa da sua ação criadora e redentora, na apologia de Potâmio de Lisboa contra o arianismo. In *Redenção e escatologia. Estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa*. Vol. 1, Tomo 1. Lisboa: Nota de Rodapé Edições, pp. 101-117.
- Diogo, A. M. D. (1994) – Fragmento de sepultura paleocristã (entrada de catálogo). In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Lisboa Capital Europeia da Cultura/ Electa, pp. 231-232.
- Encarnação, J.; Cardoso, G. (2017) – O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais). In Arnaud, J. M.; Martins, A., coords. - *Arqueologia em Portugal / 2017: Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 955-966.

- Fabião, C. (1992) - A romanização do atual território português. In Mattoso, J., ed. – *História de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 202-299.
- Fabião, C. (1993) – Idácio de Chaves. In Medina, J., dir. – *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Ediclube, p. 30.
- Fabião, C. (2004) – Arqueologia Militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais. In Pérez-González, C.; Illarregui, E. coords – *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Salamanca: Junta de Castilla y León / Universidade Internacional SEK, pp. 53-73.
- Fabião, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In *CIRA Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 9-24.
- Faria, A. M. de (1999) – Colonização e Municipalização nas províncias Hispano- Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2:2, pp. 29-50.
- Faria, A. M. de (2003) – Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 4:2, pp. 351-362.
- Fernandes, L. (2017) - Teatro romano de Lisboa: as ruínas e o seu Museu ou como a arqueologia promove o diálogo educacional. *Revista Temporis [Ação]. Dossiê Práticas Arqueológicas e Educação Patrimonial*. Goiás, 17:1, pp. 88-123. Disponível em WWW: (URL: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>).
- Fernandes, L., Fernandes, P. A. (2014) - Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: IGESPAR, 17, pp. 225-243.
- Fernandes, L.; Pimenta, J.; Calado, M.; Filipe, V. (2013) - Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: IGESPAR, 16, pp. 167-185.
- Fernandes, P. A. (2019a, no prelo) – Olisipona: a cidade entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. In *Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Fernandes, P. A. (2019b, no prelo) – 585. A ilusão da unidade. In Tavares, R., *Portugal. Uma retrospectiva*. Lisboa: Tinta da China.
- Fernandes, R. M. R. (1985) – Ulisses em Lisboa. *Euphrosyne*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, Nova série, 13, pp. 139-161.
- Filipe, V. (2015) - As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueologia*, Sevilla: Universidad, 24, pp. 129-163.
- Filipe, V.; Calado, M.; Figueiredo, M.; Castro, A. (2013) – Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Lisboa 2ª série. 17, pp. 6-12.
- Filipe, V.; Calado, M.; Leitão, M. (2014) – Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In Arruda, A. M., ed. – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 2, pp. 736-746.
- França, J. C. (1949) – A estação Pré-Histórica do Alto das Perdizes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 12: 1-2, 16-113.
- Gener Basallote, J. M.; Navarro García, M. A.; Pajuelo Saéz, J. M.; Torres Ortiz, M.; López Rosendo, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. In Boto, M., ed. – *Los Fenícios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones* (Colezione di Studi Fenici 46). Pisa-Roma, pp. 14- 50.
- Góis, D. de (1554 [1937]) – *Descrição da cidade de Lisboa*, trad. Raúl Machado. Lisboa: Livraria Avelar Machado.
- González de Canales, F.; Serrano Pichardo, L.; Llompart Gómez, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900 – 770 a.C.)*. Huelva: Editorial Biblioteca Nova.
- Gouveia, M. (2007) – O culto dos santos mártires de Lisboa na fronteira ocidental do reino de Leão (séc. X-XI). In *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 388-399.
- Gouveia, M. (2012) – Hidácio de Chaves e a Galécia do século V. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa, 29, pp. 201-216.
- Guerra, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- Guerra, A. (2002) – A Península de Lisboa no I milénio a. C.: Uma breve síntese à luz das fontes e dos dados arqueológicos. *Turres Veteras IV. Actas de Pré-história e História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal, pp. 119-128.
- Guerra, A. (2004) – *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 7:2, pp. 217-235.
- Guerra, A. (2005) – O promontório Magno: Perspectivas da geografia antiga sobre o extremo ocidental da Hispânia. *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste”*. Bombarral: Câmara Municipal, pp. 119-129.
- Henriques, S. (2006) – *A Cerâmica Cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada, Cacilhas*. Tese de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- Isla Frez, A. (2007) – El lugar de habitación de las aristocracias en época visigoda, siglos VI-VIII. *Arqueología y territorio medieval*. Jaén: Universidad, 14, pp. 9-19.
- Jorge, A. M. (2001) - *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (IIIe-VIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- Leguay, J. P. (1993) - O Portugal germânico. In Serrão, J. e Marques, A. H. O., *Nova História de Portugal (II)*. Lisboa: Presença, pp. 13-115.
- López Castro, J. L. (1995) - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona: Crítica /Arqueologia.
- Machado, J. P. (1984) - *Dicionário etimológico onomástico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência.
- Maciel, M. J. (1996) - *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: ed. Autor.
- Mantas, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988 (Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42). Paris : CNRS, pp. 149-205.
- Mantas, V. G. (2004) - Vias e portos na Lusitânia romana. In Gorges, J.-G.; Cerrillo, E.; Nogales, T., eds. - *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones (Cáceres, 2002)*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 427-453.
- Mantas, V. G. (2012) - *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Marques, A. H. O. (1994) - 3. Lisboa evolução: séculos V a VIII. In Santana, F., Sucena, E., eds - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 509.
- Marques, G. (1982-83) - Aspetos da proto-história do território português. II – Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, 1/2, pp. 59-88.
- Matias, C. (2003) - Serra do Socorro. Uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. *Boletim Cultural*. Mafra: Câmara Municipal, pp. 308-358.
- Mattoso, J. (1992) - A difusão do Cristianismo na Hispânia. In Mattoso, J., *História de Portugal (1)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 283-287.
- Melo, A. A.; Valério, P.; Barros, L.; Araújo, M. F. (2014) - Práticas metalúrgicas na Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal): vestígios orientalizantes. In Arruda, A. M., eds. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, II*. Lisboa: Uniarq – Centro e Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 712-742.
- Miranda, J.; Encarnação, G.; Viegas, J. C.; Rocha, E.; Gonzalez, A. (1999) - *Carta Arqueológica do Concelho da Amadora. Do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal.
- Monteiro, M.; Cardoso, G. (2016) - A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo: Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *EMERITA - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. 2, pp. 6-20. Disponível em WWW: (URL: www.emerita.pt).
- Moreira, A. M. (1969) - *Potamius de Lisbonne et la controverse arienne*. Lovain: Bibliothèque de l'Université.
- Mota, N.; Pimenta, J.; Silva, R. B. da (2014) - Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In *CIRA Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 149-117.
- Nascimento, A. A. (2003) - Os epónimos míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e outros – títulos de nobilitação. In: Ventura, A., ed. - *Presença de Victor Jabouille*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 31-53.
- Nascimento, A. A. (2006) - Ulisses em Lisboa: Mito e Memória. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Lisboa: Academia das Ciências, 37, pp. 195-224.
- Nascimento, A. A. (2007) - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. 2.ª ed. Lisboa: Vega.
- Neto, N.; Rebelo, P.; Ávila, R.; Rocha, M.; Zamora López, J. A. (2016) - Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 19, pp. 123-128.
- Olaio, A. (2015) - *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- Orlandis, J. (1987) - *Historia de España. Época visigoda (409-711)*. Madrid: Gredos.
- Palomo, S.; Arroyo, E. (2011) - Estudio del origen étnico a partir del ADN mitocondrial en dos individuos procedentes del solar del antiguo Teatro Cómico. *Informe realizado por el Laboratorio de Genética Forense y Genética de Poblaciones (Departamento de Toxicología y Legislación Sanitaria)*. Madrid: Facultad de Medicina de la Universidad Complutense de Madrid.
- Pimenta, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. (Trabalhos de Arqueologia, 41) Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Pimenta, J. (2014) - Os Contextos da conquista: *Olisipo* e Decimo Júnio Bruto. In *CIRA-Arqueologia 3. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*: Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 44-60.
- Pimenta, J. P.; Mendes, H.; Arruda, A. M.; Sousa, E.; Soares, R. (2014) - Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. Salvaterra de Magos: Câmara Municipal, 1, pp. 39-57.
- Pimenta, J., Calado, M.; Leitão, M. (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia 8:2, pp. 313-334.
- Pimenta, J., Calado, M.; Leitão, M. (2014) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: a intervenção da Rua de São João da Praça. In Arruda, A. M., ed. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, vol. II*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 712-742.
- Pimenta, J., Henriques, E.; Mendes, H. (2012) - *O acampa-*

- mento romano de Alto dos Cacos – Almeirim. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- Pimenta, J., Silva, R.; Calado, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas 1. In Arruda, A. M., ed. – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, vol. II*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 736-746.
- Pimenta, J.; Arruda, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 21, pp. 375-392.
- Pimenta, J.; Gaspar, A.; Gomes, A.; Mota, N.; Miranda, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.1620) – Lisboa. In *Cira-Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 122-148.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 18, pp. 591-618.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2013) – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro, Muge – Salvaterra de Magos. *Cira-Arqueologia* 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 195-219.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2015) – Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *Cira-Arqueologia*, 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp.19-54.
- Pimenta, J.; Mendes, H.; Madeira, F. (2009) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, 12: 2, pp. 177-208.
- Pimenta, J.; Ribera I Lacombe, A.; Soria, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di *Olisipo* e *Valentia* (140–130 a.C.). *Rei Cretariae Romanae Fautores. Acta* 45. Bonn, pp. 1-11.
- Pimenta, J.; Sousa, E.; Amaro C. (2015) – Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 18, pp. 161-180.
- Pimenta, P., Soares, A. M.; Mendes, H. (2013) – Cronologia absoluta para o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Cira-Arqueologia*, 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 181-194.
- Pinto, C. V.; Parreira, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (1977). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-163.
- Quiroga, J. L., Lovelle, M. R. (1995-96) – De los vándalos a los suevos en Galicia: una visión crítica sobre su instalación territorial en el noroeste de la Península Ibérica en el siglo V. *Studia Historica: Historia Antigua*. Salamanca: Universidad, 13-14, pp. 421-436.
- Real, M. L. (1995) – Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, pp. 17-68.
- Resende, A. de (1593 [1996]) – *As antiguidades da Lusitânia. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, J. Cardim (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno ao catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II.ª Série, 3, pp. 75-95.
- Ribeiro, J. Cardim (2011) – *Soli Aeterno Lunae* – Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: Um caso complexo de sincretismo? In *Diis Deabusque. Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia “Culto e Sociedade”*. Sintra: Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, pp. 595-624.
- Ribeiro, J. Cardim (2013) – Ptolomeu, Geogr. II, 5, 6: XPHTINA ou *APHTINA? In: *Vir Bonus Peritissimus Aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 343-379.
- Ribeiro, J. Cardim (2016) – Ad Antiquitates Vestigandas. In: González Germain, G., ed. – *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*. Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 135-249.
- Rocha, A.; Reprezas, J. (2014) – *O Forte do Alqueidão. Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas. Cadernos da CILT*. Sobral de Monte Agraço: Centro de Interpretação das Linhas de Torres.
- Ruivo, J. (1991) – O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 70, pp. 91-100.
- Ruivo, J. (1993-1997) – A circulação monetária na estremaadura portuguesa até aos inícios do século III d.C. *Nummus*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2.ª Série, 16-20, pp. 7-178.
- Schulten, A. (1952) – *Fontes Hispaniae Antiquae VI. Estrabón, Geografía de Iberia*. Barcelona: Librería Bosch.
- Serrão, E. C.; Vicente, E. P. (1980) – A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) – Negrais (Sintra). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1, pp. 28-35.
- Silva, A. V. da (1949) – Fantasia sobre as origens do nome de Lisboa. *Olisipo*. Lisboa: Grupo “Amigos de Lisboa”, 12(46), pp. 67-74.
- Silva, R. B. da (1999) – Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-65.

- Silva, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In *Cira-Arqueologia, 3. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 178-198.
- Silva, R. B., De Man, A. (2012) - Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 397-402.
- Sousa, A. de (1948) - *O nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Sousa, A. de (1968) - *Novos elementos para o estudo do nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Sousa, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo* (Estudos e Memórias, 7). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- Sousa, E.; Guerra, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da Colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia: Laboratório de Arqueologia, 50, pp. 57-88.
- Sousa, E.; Pimenta, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Moraes, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J., eds. – *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia, I*. Porto: Faculdade de Letras, pp. 303- 316.
- Sousa, E.; Pinto, M. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recoilhimento/Beco do Leão. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património, 11, pp. 59-67.
- Sousa, E.; Sarrazola, A.; Simão, I. (2016) – Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, Lisboa: Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património, 11, pp. 69-79.
- Tranoy, A. (1974) – *Hydace. Chronique*. 2 vols. Paris: Les Editions du Cerf.
- Valério, P.; Silva, R. J. C.; Araújo, M. F.; Soares, A. M.; Barros, L. (2012) – A multianalytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula - a view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, pp. 74-82.
- Vasconcelos, J. L. de (1911) – *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Veloso, A. (1949) – Esta palavra “Lisboa”. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 40, pp. 6-22.
- Wolfram, M. (2013) – O poder durante a Antiguidade Tardia no império romano ocidental e na Lusitânia em particular. In *Saberes e poderes no mundo antigo (2)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 283-293.
- Zamora López, J. A. (2014) – Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible

topónimo local. In Bádenas de La Peña, P.; Cabrera Bonet, P.; Moreno Conde, M.; Ruiz Rodríguez, A.; Sánchez Fernández, C.; Tortosa Rocamora, T., eds. – *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate*. Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, pp. 306-314.

Autores Clássicos

ESTRABÃO - *Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

Notas Biográficas dos Autores

AMÍLCAR GUERRA

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
Centro de História da Universidade
de Lisboa. Faculdade de Letras.
aguerra@campus.ul.pt

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

ANA SOFIA ANTUNES

Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) |
Departamento de Património Cultural (DPC)
| Câmara Municipal de Lisboa (CML).
UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
ana.sofia.antunes@cm-lisboa.pt

ELISA DE SOUSA

UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
e.sousa@campus.ul.pt

JOÃO PIMENTA

Centro de Estudos Arqueológicos
de Vila Franca de Xira (CEAX)
UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
joao.marques@cm-vfxira.pt

PAULO ALMEIDA FERNANDES

Museu de Lisboa | EGEAC| Câmara
Municipal de Lisboa (CML).
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes
e Ciências do Património da Universidade
de Coimbra (CEAACP | FLUC).
Instituto de Estudos Medievais
da Universidade Nova de Lisboa
(IEM | FCSH-UNL).
paulofernandes@egeac.pt

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA Catarina Vaz Pinto	Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Geopark/Naturtejo da Meseta Meridional; Geopark / UNESCO / Oranização das Nações Unidas para a Educação, ciência e Cultura; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / NaulHotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel	(Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Manuel Veiga		
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA Jorge Ramos de Carvalho		
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA António Marques		
COORDENAÇÃO GERAL Jorge Ramos de Carvalho		
GESTÃO DE PROJETO Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML António Marques – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Manuel Oleiro – EGEAC		
PARCEIROS DO PROJETO ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer; Camara Municipal de Almada; Câmara		

Livro

TÍTULO Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> , Território e Memória	Maria do Rosário Carvalho Mário Cachão Paulo Almeida Fernandes	TIRAGEM 1.500 exemplares
COORDENAÇÃO DO VOLUME Amílcar Guerra - UNIARQ/ FLUL	COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML	EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Maria da Conceição Freitas - DG/FCUL		CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Telef.: (+351) 21 981 79 60 Fax: (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt
Mário Cachão - DG/FCUL	© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.	ENDEREÇO DE EMAIL DO PROJETO lisboaromana@cm-lisboa.pt
INVESTIGAÇÃO E AUTORIA Amílcar Guerra Ana Maria Costa Ana Margarida Arruda Ana Sofia Antunes Andrés Curras Carlos Marques da Silva Carlos Neto de Carvalho Elisa de Sousa Jacinta Bugalhão João Pimenta Maria da Conceição Freitas	DESIGN GRÁFICO José Ribeiro	FACEBOOK: https://www.facebook.com/lisboaromanaLX/
	ISBN 978-989-658-644-7	INSTAGRAM https://instagram.com/lisboaromana
	DEPÓSITO LEGAL 463308/19	TWITTER twitter.com/LisboaRomana